O campo do conhecimento em políticas públicas no Brasil: um mapeamento do ensino e da pesquisa

JOÃO PEDRO TAVARES DAMASCENO*

Resumo

O objetivo deste artigo é mapear o que tem sido realizado em termos de pesquisa e ensino em Políticas Públicas no Brasil. A partir deste mapeamento é possível identificar os potenciais e os desafios da pesquisa científica nesta área do conhecimento. Para tanto, realizou-se uma análise qualitativa dos dados obtidos a partir do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Ministério da Educação (MEC), além de uma revisão da literatura sobre ensino e pesquisa em Políticas Públicas.

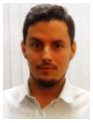
Palavras-chave: Ensino; Pesquisa; Políticas Públicas; Brasil.

The field of knowledge in public policy in Brazil: a mapping of education and research

Abstract

The aim of this article is to map what has been done in terms of research and teaching in Public Policy in Brazil. From this mapping it is possible to identify the potentials and challenges of scientific research in this area of knowledge. Therefore, we carried out a qualitative analysis of data obtained from the Directory of Research Groups from CNPq, Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Ministry of Education (MEC), and a literature review teaching and research in Public Policy.

Key words: Teaching; Research; Public Policy; Brazil.



* **JOÃO PEDRO TAVARES DAMASCENO** é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

1. Introdução

O Brasil vem experimentando uma expansão acadêmica nos últimos anos como resultado de políticas que visam o desenvolvimento educacional e da ciência e tecnologia no país. A ampliação dos programas de pós-graduação e a elevação na titulação do corpo docente das universidades têm conduzido ao crescimento no número de grupos de pesquisa e contribuído com a produção de conhecimento. O campo do conhecimento em Políticas Públicas não foge a essa regra.

O Brasil conta atualmente com 10 cursos de graduação na área de Políticas Públicas aprovados pelo Ministério da Educação (MEC, 2013), 29 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), sendo 24 apenas com mestrado e cinco com mestrado e doutorado (CAPES, 2013), e 5.504 Grupos de Pesquisas cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) desenvolvendo pesquisas na área de Políticas Públicas (CNPQ, 2013).

O presente trabalho constitui assim uma investigação a respeito do que se pode chamar de desenvolvimento acadêmico da Política Pública no Brasil, ou seja, a formação e a produção de conhecimento feita por pesquisadores, professores e estudantes ligados aos centros de estudos e pesquisas sobre essa área do conhecimento no país.

Este trabalho tem como objetivo mapear o que tem sido realizado em termos de formação e pesquisa no Brasil, dentro das universidades, seja no âmbito da graduação, de programas de pós-graduação *stricto sensu* ou em grupos de pesquisas que tratem de questões relativas às Políticas Públicas. A partir deste mapeamento é possível identificar os potenciais e os desafios da pesquisa científica nesta área do conhecimento no Brasil.

A metodologia será uma análise qualitativa de dados obtidos a partir do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Ministério da Educação (MEC), além de uma revisão da literatura sobre formação e pesquisa em Políticas Públicas no Brasil.

2. Revisão da literatura sobre a pesquisa e ensino em Políticas Públicas

Um dos principais exercícios de reflexão sobre o campo do conhecimento em Políticas Públicas no Brasil é o trabalho o de Melo (1999). Este autor faz um levantamento da trajetória e dos principais temas na área de políticas públicas nos últimos anos. Seu trabalho demonstra que apesar de ainda existirem alguns problemas do ponto de vista acadêmico, o campo tem crescido em qualidade e em volume de produção, demonstrando uma maturidade na produção científica.

Melo (1999) em seu artigo verificou que a área de Políticas Públicas apresenta baixa capacidade de acumular conhecimento. Segundo o autor uma das razões é a baixa capacidade de acumulação de conhecimento e da falta de uma agenda de pesquisas, isso acontece devido ao caráter recente e interdisciplinar do campo de conhecimento.

Outra pesquisadora com importantes trabalhos sobre o campo do conhecimento em Políticas Públicas no Brasil é Celina Souza. Segundo Souza (2003a) a pesquisa acadêmica na área de Políticas Públicas vem se ampliando nos últimos anos e também vem ampliando os campos temáticos de sua atuação. Seu artigo publicado em 2003 na Revista Brasileira de Ciências Sociais apresenta o "estado do campo" da área de políticas públicas, analisando as lacunas e as possibilidades da produção acadêmica no Brasil.

Souza (2003b) em outro artigo publicado nos Cadernos CRH, trata de questões temáticas e de pesquisa na área de Políticas Públicas, defendendo a idéia que se trata de um campo holístico. Segundo a autora é uma área que se tornou território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Esse caráter holístico comporta o que a autora chama de vários "olhares" sem que esta multiplicidade de perspectivas comprometa a coerência teórica e metodológica deste campo do conhecimento.

Souza (2006) em seu artigo "Políticas Públicas: uma revisão da literatura", busca minimizar a lacuna da ainda escassa tradução para a língua portuguesa da literatura sobre políticas públicas. No começo a autora apresenta os principais conceitos, modelos analíticos e tipologias específicas da área de políticas públicas e depois discute as possibilidades de aplicação na análise de políticas públicas.

A área de políticas públicas surgiu como disciplina acadêmica nos Estados Unidos no universo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, como era a tradição na Europa, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Segundo Souza (2006), os grandes fundadores da área de políticas públicas foram Laswell, Simon, Lindblom e Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, Lindblom (1959) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas e Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Arretche (2003), por sua vez, apresenta a agenda de pesquisa em Políticas

Públicas e demonstra a necessidade do desenvolvimento desse campo do conhecimento no Brasil. Segundo a autora, os principais obstáculos para a implementação dessa área do conhecimento está nas dimensões teóricas e metodológicas, bem como a subordinação da agenda de pesquisa à agenda política do país. De acordo com a autora:

> O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado –, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais – seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses – despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os "micro" mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. Paradoxalmente, essas novas questões da agenda política brasileira constituem também um problema para o desenvolvimento da agenda de pesquisa em políticas públicas. (ARRETCHE, 2003, p. 7-8)

Apesar de haver os trabalhos de Melo (1999), Souza (2003a, 2003b e 2006) e Arretche (2003), não foi encontrado nenhum trabalho sobre a formação e ensino em Políticas Públicas no Brasil. Os cursos de graduação e de pós-graduação ainda são recentes. Todavia uma reflexão nessa perspectiva só que nos Estados Unidos é o artigo de Allisson (2008) publicado no *The Oxford Handbook of Public Policy*. Seu artigo *Emergence of School of Public Policy* fornece uma visão privilegiada do aparecimento de uma escola de política pública e de vários pensamentos sobre a sua evolução.

Allisson (2008) inclui uma visão geral das escolas de ordem pública, a partir de suas raízes como uma profissão distinta, para o crescimento das escolas de pós-graduação profissional em 1970. Ele finalmente oferece uma perspectiva pessoal sobre a chegada da *Kennedy School of Government*, que se tornou amplamente reconhecido como o quarto lugar entre as grandes escolas profissionais de Harvard em 1989.

3. Metodologia

O presente trabalho teve como fonte de dados a consulta ao Portal do Ministério da Educação (MEC) através do Sistema e-MEC, o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir dos cursos "recomendados e reconhecidos", e do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O sistema e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Nesse sistema, são realizados todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos de graduação são feitos pelo e-MEC, gerando uma importante base de dados da graduação no Brasil.

A CAPES, que é a responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e

doutorado) em todos os estados da federação, possui em seu portal uma relação de todos os programas com nota igual ou superior a "três" e, que, portanto, "atendem aos requisitos básicos estabelecidos pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE)" (CAPES, 2013).

O outro banco de dados a ser consultado, o Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq, visa manter atualizada uma base de dados sobre a atividade de pesquisa no país, por meio do registro, da composição e das atividades dos grupos de pesquisa ativos. No diretório, há como identificar todos os grupos que estão "certificados" pelos dirigentes institucionais de pesquisa e, no banco de dados existe filtros que podem ser consultados a partir de palavras chaves, unidade federativa do grupo, instituição do grupo, grande área e área. Identificado o grupo, o portal permite o acesso a informações das repercussões dos trabalhos do grupo; os recursos humanos (pesquisadores e estudantes) e as linhas de pesquisa que o grupo segue. A partir do diretório, é possível ter acesso ao currículo *lattes* de todos os pesquisadores e dados básicos do grupo, como ano de formação, líderes do grupo, instituição e endereço.

4. Resultados e Discussões

Nesta sessão são analisados os cursos de formação em nível de graduação na área de Políticas Públicas no Brasil, a partir dos dados obtidos pelo Sistema e-MEC, ligado ao Ministério da Educação, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de Políticas Públicas e os dados obtidos sobre pesquisa na área de Políticas Públicas, realizadas em instituições de ensino superior do Brasil.

4.1. Formação em nível de graduação

Para avaliar a formação em nível de graduação, serão abordados pontos como a distribuição geográfica dos cursos, a divisão entre cursos públicos e particulares e as instituições que oferecem o curso em todo o país.

A formação em Política Pública é algo bem amplo e abrange uma diversidade de temas e áreas de atuação. Segundo o Guia do Estudante (2013) o curso de Políticas Públicas possui como característica a seguinte formação:

> São as atividades relacionadas ao diagnóstico e planejamento, à execução e avaliação das ações e políticas estabelecidas pelo governo, nas esferas federal, estadual e municipal, de prestação de serviços para a sociedade em geral. As políticas públicas estabelecem metas e encaminham soluções para resolver problemas sociais nas mais diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente. Esse bacharel se envolve na elaboração de diretrizes que norteiam programas de qualquer uma dessas áreas, visando à melhoria dos serviços prestados à população. Também cria programas, propõe e analisa linhas de financiamento com recursos públicos e avalia os resultados alcançados com as medidas adotadas. Pode atuar como gestor em secretarias estaduais, municipais ou federais, bem como em empresas e órgãos da administração pública, inovando as políticas já existentes ou definindo novas estratégias para solucionar problemas da coletividade, sempre de acordo com a viabilidade social, econômica e política. (GUIA DO ESTUDANTE, 2013)

De acordo com o Sistema e-MEC, existem atualmente dez cursos de

bacharelado na modalidade presencial na área de Políticas Públicas, sendo todos em universidades públicas e distribuídos em cinco estados brasileiros e o Distrito Federal, conforme se pode observar na tabela 1. O estado com o maio número de cursos de graduação é São Paulo, com cinco cursos em funcionamento.

Tabela 1 - Distribuição dos cursos de graduação nos estados brasileiros – 2013

Instituição	Estado	Nome do Curso
UNB	Distrito Federal	Gestão de Políticas Públicas
UFG	Goiás	Ciências Sociais – Políticas Públicas
UFRN	Rio Grande do Norte	Gestão de Políticas Públicas
UFRGS	Rio Grande do Sul	Políticas Públicas
UFF	Rio de Janeiro	Políticas Públicas
UFABC	São Paulo	Gestão de Políticas Públicas
UNICAMP	São Paulo	Gestão de Políticas Públicas
USP	São Paulo	Economia Empresarial e Controladoria com Habilitação em Contabilidade – Ênfase em Políticas Públicas
USP	São Paulo	Economia Empresarial e Controladoria com Habilitação em Economia – Ênfase em Políticas Públicas
USP	São Paulo	Gestão de Políticas Públicas

Fonte: MEC (2013), elaboração própria.

Dos cursos existentes apenas o curso da Universidade Federal de Goiás (UFG) possuí avaliação do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), a maioria dos cursos são recentes e ainda não foram avaliados pelo MEC. O curso da UFG recebeu o conceito máximo de uma escala que vai de um a cinco.

Todavia, ainda são poucos os cursos com formação em Políticas Públicas, nas próximas sessões iremos verificar a pesquisa e a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* e vamos verificar que apesar de ser uma área em expansão conforme apresenta Melo (1999) e Souza (2003a e 2003b) a área de Políticas Públicas é uma formação que começou de cima para baixo, ou seja, começou com a pesquisa e a formação em âmbito de pós-graduação e só agora está se consolidando em formação em nível de graduação.

4.2 Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*

Os dados dessa sessão foram obtidos a partir dos cursos "recomendados e reconhecidos" pela CAPES. Serão apresentados os programas de pós-graduação dessa área, a distribuição geográfica no país, a distribuição em relação ao tipo de programa (mestrado e doutorado) e as áreas e grandes áreas que se enquadram cada um dos respectivos programas.

Existem 29 cursos de pós-graduação *stricto sensu* no campo das Políticas Públicas em diferentes áreas e grandes áreas do conhecimento segundo a

divisão que a CAPES faz dos cursos. Existem cursos na grande área Multidisciplinar, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, conforme tabela 2. Na grande área Multidisciplinar a área é a Interdisciplinar, contando com a maioria dos cursos de pós-graduação na área de Políticas Públicas, um total de dez cursos. Na área de Ciências Sociais Aplicadas existem 14 cursos: seis cursos na área de Administração, um no Direito, um na Economia, três no Planejamento Urbano e Regional e três no Serviço Social. Por fim, na grande área das Ciências Humanas existem cinco cursos: três na área de Ciência Política e dois na Sociologia.

Tabela 2 – Grande área e área dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas no Brasil - 2013

Grande Área	Área	Curso	Instituição
Multidisciplinar	Interdisciplinar	Avaliação de Políticas Públicas	UFC
		Direito Ambiental e Políticas Públicas	UNIFAP
		Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	UFPB
		Economia Regional e Políticas Públicas	UESC
		Gestão de Políticas Públicas	UNIVALI
		Políticas Públicas	UFPR
		Políticas Públicas	UMC
		Políticas Públicas e Formação Humana	UERJ
		Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	UFC
		Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento	UFRJ
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	Gestão de Políticas Públicas e Organizações Públicas	UNIFESP
		Gestão de Políticas Públicas	USP
		Gestão e Políticas Públicas	FGV
		Gestão Pública	UFES
		Gestão Pública	UFPA
		Gestão Pública	UFRN
	Direito	Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	CESUPA
	Economia	Políticas Públicas e Desenvolvimento	IPEA

	Planejamento Urbano e Regional	Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	UFRRJ
		Gestão de Políticas Públicas	UFT
		Planejamento e Governança Pública	UTFPR
	Serviço Social	Políticas Públicas	UFMA
		Políticas Públicas	UFPI
		Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	EMESCAM
Ciências Humanas	Ciência Política	Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	UFRB
		Políticas Públicas	UFPE
		Políticas Públicas	UEM
	Sociologia	Planejamento e Políticas Públicas	UECE
		Políticas Públicas e Sociedade	UECE

Fonte: CAPES (2013), elaboração própria

Dentre os 29 programas, apenas o curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na área de Serviço Social possui conceito acima de cinco na avaliação da CAPES. O curso de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) têm conceito cinco e todos os demais cursos possuem conceito entre três (mínimo) e quatro.

Tabela 3 – Distribuição geográfica e conceito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas no Brasil – 2013

Programa	IES	Região	UF	NOTA		
Programa	IES	Região	UF	**M**	**D**	**F**
Avaliação de Políticas Públicas	UFC	Nordeste	CE	-	-	3
Direito Ambiental e Políticas Públicas	UNIFAP	Norte	AP	3	-	-
Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	UFPB	Nordeste	PB	3	-	-
Economia Regional e Políticas Públicas	UESC	Nordeste	BA	3	-	-
Gestão de Políticas Públicas	UNIVALI	Sul	SC	-	-	3
Políticas Públicas	UFPR	Sul	PR	4	4	-
Políticas Públicas	UMC	Sudeste	SP	3	-	-
Políticas Públicas e Formação Humana	UERJ	Sudeste	RJ	5	5	-
Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	UFC	Nordeste	CE	-	-	3
Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento	UFRJ	Sudeste	RJ	4	4	-

Gestão de Políticas Públicas e Organizações Públicas	UNIFESP	Sudeste	SP	-	-	3
Gestão de Políticas Públicas	USP	Sudeste	SP	3	-	-
Gestão e Políticas Públicas	FGV	Sudeste	SP	-	-	4
Gestão Pública	UFES	Sudeste	ES	-	-	3
Gestão Pública	UFPA	Norte	PA	-	-	3
Gestão Pública	UFRN	Nordeste	RN	-	-	3
Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	CESUPA	Norte	PA	3	-	-
Políticas Públicas e Desenvolvimento	IPEA	Centro-Oeste	DF	-	-	3
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas	UFRRJ	Sudeste	RJ	3	-	-
Gestão de Políticas Públicas	UFT	Norte	TO	-	-	3
Planejamento e Governança Pública	UTFPR	Sul	PR	-	-	3
Políticas Públicas	UFMA	Nordeste	MA	6	6	-
Políticas Públicas	UFPI	Nordeste	PI	4	4	-
Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	EMESCAM	Sudeste	ES	3	-	-
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	UFRB	Nordeste	BA	-	-	3
Políticas Públicas	UFPE	Nordeste	PE	-	-	4
Políticas Públicas	UEM	Sul	PR	-	-	3
Planejamento e Políticas Públicas	UECE	Nordeste	CE	-	-	4
Políticas Públicas e Sociedade	UECE	Nordeste	CE	3	-	-

Fonte: CAPES (2013), elaboração própria. Legenda: M = Mestrado Acadêmico; D = Doutorado; F = Mestrado Profissional.

Alguns programas possuem apenas mestrado em suas instituições, 31%, outros possuem tanto o programa de mestrado como o de doutorado, 17%. Todavia, uma característica importante na formação em nível de pós-graduação s*tricto sensu* em Políticas Públicas refere-se aos cursos de formação profissional[1]. Estes representam 52% dos cursos de pós-graduação, demonstrando assim uma nova tendência de capacitação profissional no Brasil e superando a formação com caráter acadêmico.

[1] "Mestrado Profissional" é a designação do Mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao Acadêmico. Confere, pois, idênticos grau e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de Pós-Graduação, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso (Parecer 0079/2002). Responde a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo Mestrado Acadêmico e não se contrapõe, sob nenhum ponto de vista, à oferta e expansão desta modalidade de curso, nem se constitui em uma alternativa para a formação de mestres segundo padrões de exigência mais simples ou mais rigorosos do que aqueles tradicionalmente adotados pela Pós-Graduação. (CAPES, 2013)

Tabela 4 – Distribuição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas quanto ao tipo do programa no Brasil - 2013

Tipo do Programa	Quantidade	%
Mestrado	9	31
Mestrado/Doutorado	5	17
Mestrado Profissional	15	52
Total	29	100

Fonte: CAPES (2013), elaboração própria.

Assim como a graduação que não está presente em todos os estados brasileiros, a pós-graduação só está presente em 16 dos estados brasileiros, sendo São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará os estados com o maior número de cursos em funcionamento possuindo quatro cursos em cada estado.

Tabela 5 - Distribuição dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas nas regiões brasileiras - 2013

Região	Cursos	%
Centro-Oeste	1	3
Nordeste	11	38
Norte	4	14
Sudeste	9	31
Sul	4	14
Total	29	100,00

Fonte: CAPES (2013), elaboração própria.

Apesar de estados do sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro possuir o maior número de cursos, o nordeste que é a região com a maior quantidade de cursos de pós-graduação.

4.2. Pesquisa em Políticas Públicas

Para avaliar a pesquisa em Políticas Públicas, serão apresentados às ramificações do campo de conhecimento das Políticas Públicas e a distribuição geográfica no Brasil.

Não existe uma árvore do conhecimento especificamente da área de Políticas Públicas. O CNPq (2013), o principal órgão de pesquisa no Brasil, apresenta como Políticas Públicas como sendo uma das ramificações do campo do conhecimento da Ciência Política e da Demografia.

Utilizando-se do recurso de busca disponível no Diretório do Grupo de Pesquisa do CNPq e de palavras-chave relacionadas à área de Políticas Públicas, foi possível identificar um impressionante total de 5.504 grupos de pesquisa cadastrados atualmente no CNPq de um total de 10.948 grupos cadastrados. Os grupos estão distribuídos em todos os estados, sendo São Paulo o estado com o maior número de grupos.

Tabela 6 – Distribuição de Grupos de Pesquisa nos estados brasileiros - 2013

Estado	UF	Região	Quantidade
Acre	AC	Norte	24
Alagoas	AL	Nordeste	85
Amapá	AP	Norte	21
Amazonas	AM	Norte	80
Bahia	BA	Nordeste	340
Ceará	CE	Nordeste	178
Distrito Federal	DF	Centro-Oeste	176
Espírito Santo	ES	Sudeste	79
Goiás	GO	Centro-Oeste	81
Maranhão	MA	Nordeste	72
Mato Grosso	MT	Centro-Oeste	104
Mato Grosso do Sul	MS	Centro-Oeste	104
Minas Gerais	MG	Sudeste	468
Pará	PA	Norte	160
Paraíba	PB	Nordeste	199
Paraná	PR	Sul	415
Pernambuco	PE	Nordeste	179
Piauí	PI	Nordeste	76
Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	728
Rio Grande do Norte	RN	Nordeste	103
Rio Grande do Sul	RS	Sul	470
Rondônia	RO	Norte	26
Roraima	RR	Norte	29
Santa Catarina	SC	Sul	266
São Paulo	SP	Sudeste	923
Sergipe	SE	Nordeste	72
Tocantins	TO	Norte	46
Total	-	-	5.504

Fonte: CNPq (2013), elaboração própria.

Analisando a distribuição dos grupos de pesquisa entre as cinco regiões brasileiras, observa-se a partir da tabela 7 que existe uma concentração de aproximadamente 40% dos grupos na região sudeste, ou seja, grande maioria dos grupos de pesquisa estão na região sudeste. O Nordeste aparece em segundo lugar, com 24%, seguido pelo Sul, com 21%, o Centro-Oeste, com 8%, e por fim o Norte, com 7%.

Tabela 7 -Distribuição dos grupos de pesquisa nas regiões brasileiras - 2013

Região	Quantidade	%
Centro-Oeste	465	8
Nordeste	1.304	24
Norte	386	7
Sudeste	2.198	40
Sul	1.151	21
Total	5.504	100

Fonte: CNPq (2013), elaboração própria.

Outra possível análise é a partir da divisão dos grupos de pesquisa entre as Grandes Áreas do Conhecimento, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Distribuição dos grupos de pesquisa em relação às grandes áreas do conhecimento - 2013

Grande Área	Quantidade	%
Ciências Agrárias	131	2
Ciências Biológicas	83	2
Ciências da Saúde	750	14
Ciências Exatas e da Terra	90	2
Ciências Humanas	2.591	47
Ciências Sociais Aplicadas	1.599	29
Engenharias	106	2
Linguística, Letras e Artes	154	3
Total	5.504	100

Fonte: CNPq (2013), elaboração própria.

Presentes em todas Grandes Áreas, as Políticas Públicas podemos verificar a multidisciplinaridade desse campo do conhecimento e como pode ser identificado como uma justificativa para inúmeras pesquisas, muitas vezes sem ao menos pesquisador ter conhecimento ou formação sobre Políticas Públicas.

5. Considerações finais

Políticas Públicas é um campo do conhecimento em processo de consolidação na academia científica brasileira. Presente em praticamente todos os estados do país, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* e os grupos de pesquisa contribuem em grande medida para o avanço científico e o progresso tecnológico de nosso país.

Contudo, apesar de haver uma consolidação histórica e de um reconhecimento de inúmeras instituições de ensino e pesquisa nessa área do conhecimento, ainda existem algumas fraquezas em relação à formação e pesquisa no Brasil. A primeira delas é em relação à formação em nível de graduação, que ainda está em fase de expansão. Essa fraqueza ocorre porque o campo das políticas públicas ainda está se consolidando e tal consolidação veio de cima para baixo, ou seja, primeiro pela pesquisa e formação em pós-graduação para só agora começar os cursos de graduação.

Em relação à pós-graduação *stricto sensu,* o Nordeste representa aproximadamente a maioria dos cursos "recomendados e reconhecidos" pela CAPES. Essa presença pode ser relacionada à necessidade de pesquisa sobre a realidade socioeconômica da região, que é apresentada nos indicadores de desenvolvimento como sendo a região mais carente do país. Além disso, a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* em Políticas Públicas demonstra uma nova tendência na academia brasileira, à formação em nível de mestrado profissional. Voltado para ação profissional, esses novos profissionais certamente contribuirão para o avanço desse campo do conhecimento.

Quanto à pesquisa, as Políticas Públicas são uma área que possibilita uma infinidade de temas de investigação. A quantidade de grupos que se ocupam nas mais diversas temáticas tem crescido muito na última década, sendo uma área abrangente e presente em todas as Grandes Áreas do conhecimento. É preciso fortalecer os grupos existentes e ampliar os temas de investigação e de recursos humanos, para que esses grupos se consolidem ainda mais no cenário regional e nacional.

Recomenda-se que trabalhos futuros possam investigar os motivos que levaram à demora para que se iniciassem cursos de graduação em Políticas Públicas no Brasil e verificar a fundo os motivos da existência de tantos grupos de pesquisa com linhas na área de Políticas Públicas.

Por fim, vale ressaltar que o profissional na área de Políticas Públicas deve ser visto como importante instrumento para a aceleração do processo de desenvolvimento econômico e social de um país, o que justifica a importância de reflexões aprofundadas sobre a formação e a pesquisa desse profissional. Espera-se que com esse mapeamento os gestores de políticas educacionais brasileiros possam corrigir as fraquezas e maximizar as potencialidades desse campo do conhecimento.

Referências

ALLISON, G. **Emergence of Schools of Public Policy.** In: The Oxford Handbook of Public Policy. MORAN, M; REIN, M.; GOODIN, R. Oxford University Press, 2008 [2006], p. 58-79.

ARRETCHE, M. **Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas**.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.51, p. 7-9, 2003.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CNPQ. **Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq.** Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em: 04 jul. 2013.

GUIA DO ESTUDANTE. **Políticas Públicas**. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/administracao-negocios/gestao-politicas-publicas-686422.shtml>. Acessado em 24 jul. 2013

MEC. **Sistema e-MEC**. Disponível em: << http://emec.mec.gov.br/ >>. Acessado em: 24 jul. 2013.

MELO, M. A. **Estado, Governo e Políticas Públicas.** In: MICELI, S. (Org.), O que ler na Ciência Social brasileira(1970-1995): Ciência Política, São Paulo/Brasília, Sumaré/CAPES, 1999.

SOUZA, C. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.51, p. 15-20, 2003a.

SOUZA, C. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa** - Introdução. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 39, p. 11-24, 2003b.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

Recebido em 2016-02-12
Publicado em 2016-11-06